



CarrefourPrev



Carrefour



RELATÓRIO ANUAL 2016



Sumário

Mensagem aos Participantes.....	4
Composição dos Conselhos.....	6
Glossário.....	7
CarrefourPrev em Números.....	10
Educação Financeira.....	13
Informações Contábeis	14
Balanço Patrimonial Consolidado.....	15
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada.....	16
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada.....	17
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício.....	18
Demonstração das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefício.....	19
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefício.....	20
Notas Explicativas da Administração �s Demonstrações Contábeis.....	21
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	32
Pareceres e Atas	34
Parecer do Conselho Fiscal.....	35
Ata de Reunião da Diretoria Executiva.....	36
Ata de Reunião do Conselho Fiscal.....	37
Ata de Reunião do Conselho Deliberativo.....	39
Parecer Atuarial.....	41
Resumo da Política de Investimentos	50
Resumo do Demonstrativo de Investimentos	54

Caro Participante

É com imensa satisfação que apresentamos a você o Relatório Anual 2016 CarrefourPrev. Nele, reunimos informações relevantes, com a máxima transparência, para que cada Participante possa acompanhar e compreender as realizações da Entidade durante este ano, bem como resultados obtidos pelo seu Plano de Previdência Complementar.

Sempre atentos ao mercado e ao cenário econômico nacional e internacional, trabalhamos motivados em buscar os melhores resultados em forma de rentabilidade na gestão dos seus investimentos.

Como era previsto, 2016 foi mais um ano marcado pela instabilidade, porém, com perspectivas de retomada de crescimento da economia brasileira, mesmo que de forma ainda bastante lenta. No ambiente político, o término do processo de *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff, a posse de Michel Temer e as primeiras medidas da nova equipe econômica trouxeram novo ânimo ao mercado.

A inflação começou a mostrar recuo, reflexo da recessão econômica, do aumento do desemprego e da política monetária. O IPCA encerrou 2016 com variação acumulada de 6,29%, a mais baixa desde 2013 (5,91%). Já o INPC teve variação de 6,58%. Teve início a trajetória de redução da taxa básica de juro, que encerrou 2016 em 13,75% ao ano, com perspectiva de novas quedas em 2017.

O PIB, que mede o crescimento econômico do País, registrou forte recuo de 3,6% no ano. O Ibovespa encerrou em alta de 38,94%. O IMA acumulou alta de 20,99%, o CDI, 14%, e a poupança teve rendimento de 8,35%.

No segundo semestre de 2016, as eleições municipais no Brasil deram o tom da disputa entre os partidos políticos. Também nesse período, o Governo Federal lançou algumas medidas: a PEC 55, que estabelece um teto para os gastos públicos, foi aprovada pelo Senado em dezembro.



Neste mesmo mês, a Reforma da Previdência foi encaminhada ao Congresso Nacional (onde segue longa trajetória até sua aprovação) e gerou ampla discussão no País, estabelecendo a idade mínima de 65 anos para que homens e mulheres se aposentem e um tempo mínimo de contribuição de 25 anos. Pelo novo modelo, se aprovado, para se aposentar com acesso ao benefício integral, será necessário contribuir ao longo de 49 anos, segundo informações da Agência Brasil.

No mercado externo, o mundo se surpreendeu com alguns fatos marcantes em 2016, como a saída do Reino Unido da União Europeia (movimento conhecido como Brexit) e a eleição do republicano Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, fato que refletiu mundialmente nos mercados.

Para 2017, o País mostra os primeiros sinais de recuperação, mas ainda se apresenta suscetível a qualquer novo acontecimento ou instabilidade. A inflação deve seguir controlada e a taxa de juros deve manter trajetória de recuo. No entanto, o ambiente político e econômico – tanto no Brasil quanto no mundo –, bem como a expectativa quanto às reformas do Governo, trazem muitas variáveis que precisam ser consideradas.

A Reforma da Previdência deve continuar em pauta, motivando a reflexão e, desenvolvendo em cada um de nós a conscientização quanto à necessidade de poupar.

Reafirmamos nosso compromisso de trabalhar sempre atentos às melhores práticas de governança corporativa, buscando os melhores resultados e apoiando cada Participante no planejamento da sua aposentadoria, visando desenvolver uma visão de longo prazo, focada na gestão altamente capacitada de recursos e no embasamento necessário de Educação Financeira, para uma tomada de decisões sempre segura e fundamentada em informação qualificada.

Este Relatório foi elaborado com a máxima seriedade e transparência, visando reportá-lo sobre nossas realizações.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

Composição dos Conselhos

Conselho Deliberativo



Marco Aparecido de Oliveira
PRESIDENTE – CONSELHEIRO (TITULAR)



Felipe Rodrigo de Araujo
CONSELHEIRO (TITULAR)



Marcia Camelo Viana*
CONSELHEIRO (TITULAR)



Pedro Gomes Filho
CONSELHEIRO (SUPLENTE)



Fabio Leandro da Costa
CONSELHEIRO (SUPLENTE)



Patricia Paula de Almeida Mendes*
CONSELHEIRO (SUPLENTE)

Diretoria Executiva



Stephane Frantz Emmanuel Engelhard
DIRETOR SUPERINTENDENTE



Luis Mauricio Bressan Freire
DIRETOR



Rodrigo Tremante
DIRETOR



Luiz Fernando Santana
DIRETOR

Conselho Fiscal



Paulo Pianez Junior
PRESIDENTE – CONSELHEIRO (TITULAR)



Carlos Henrique Bolzan Rogieri*
CONSELHEIRO (TITULAR)



Emerson Miguel da Silva
CONSELHEIRO (TITULAR)



Edmar Donizete Ferrarez
CONSELHEIRO (SUPLENTE)



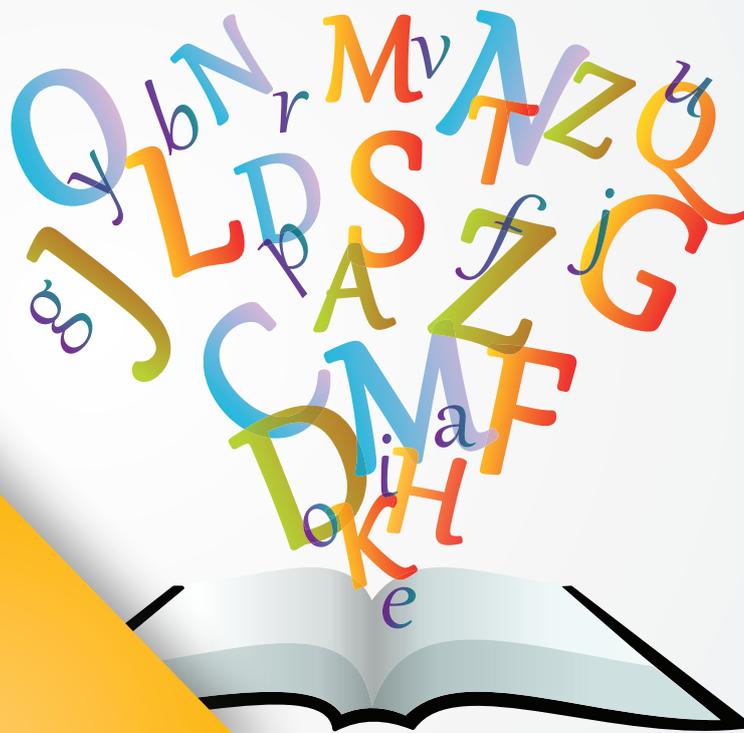
Claudio Rodrigues dos Santos*
CONSELHEIRO (SUPLENTE)



Paulo Henrique Leoncio
CONSELHEIRO (SUPLENTE)

*Representantes dos participantes.

Glossário



A

ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação.

B

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da Entidade (origem dos recursos).



CONSELHO DELIBERATIVO

É responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da Entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

CONSELHO FISCAL

Nos fundos de pensão tem papel controlador, fiscalizador e relator, opinando sobre a administração da Entidade e seus aspectos organizacionais, contábeis, econômico-financeiros e atuariais.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) E DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Demonstração da mutação são documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial) a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o patrimônio social da Entidade e o ativo líquido de cada plano.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado trimestralmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Órgão responsável pela administração de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar [EFPC], em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.



PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares

que julgarem necessárias. O conselho fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (obrigações).



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O relatório do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informações da Entidade

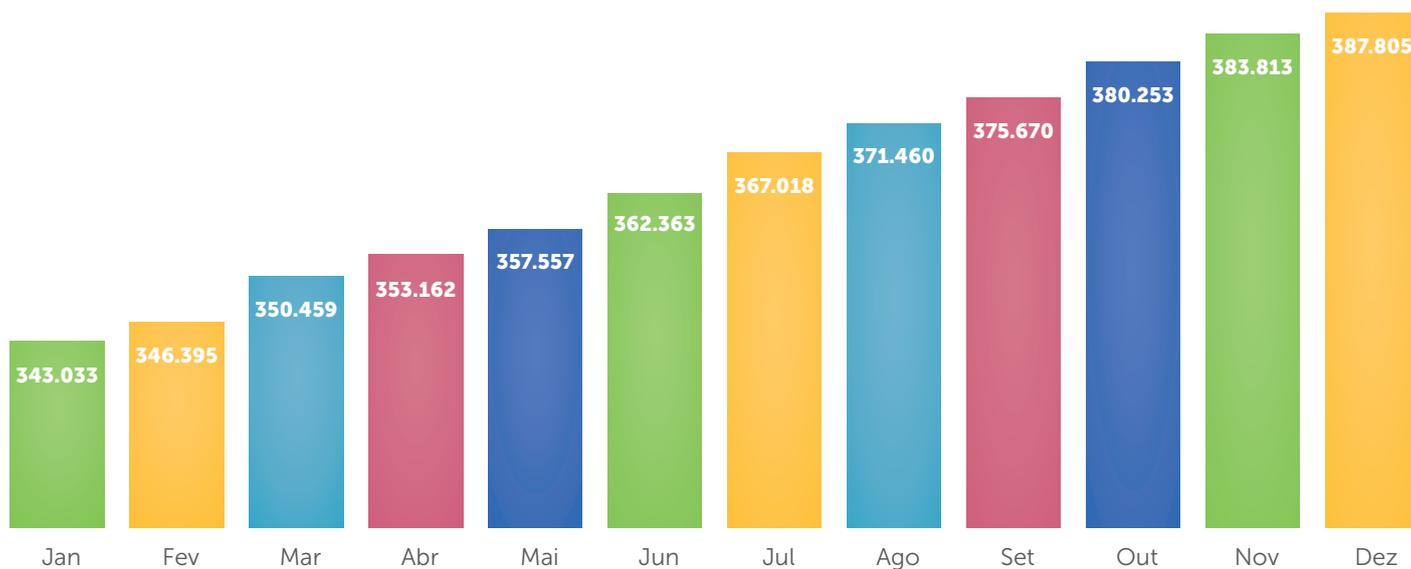
Número de Participantes (2016)

Veja, no gráfico, a distribuição de participantes por tipo.



Evolução do Patrimônio (2016 – Em Milhares de Reais)

O patrimônio líquido é constituído do Ativo deduzido das obrigações operacionais e contingências.



Despesas da Entidade (2016 – Em Reais)

Custo Previdencial

19.231.441

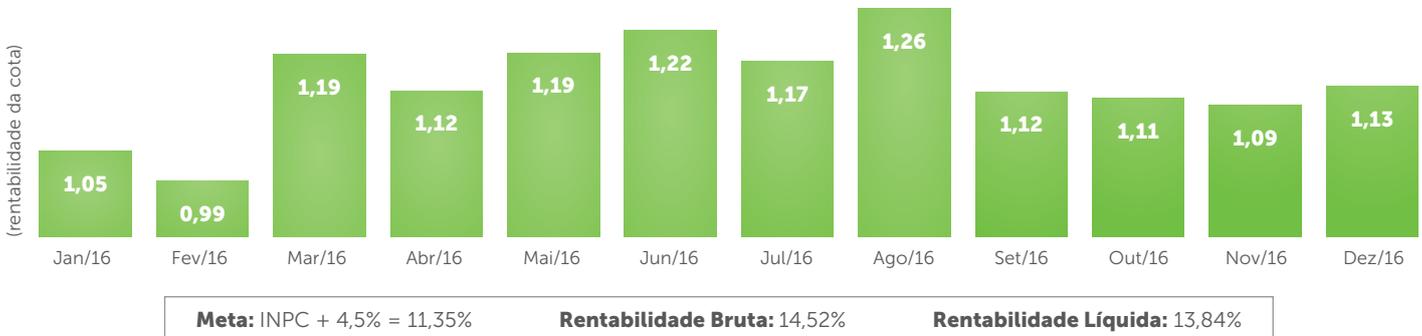
Custo Administrativo

2.217.197

Total **21.448.638**

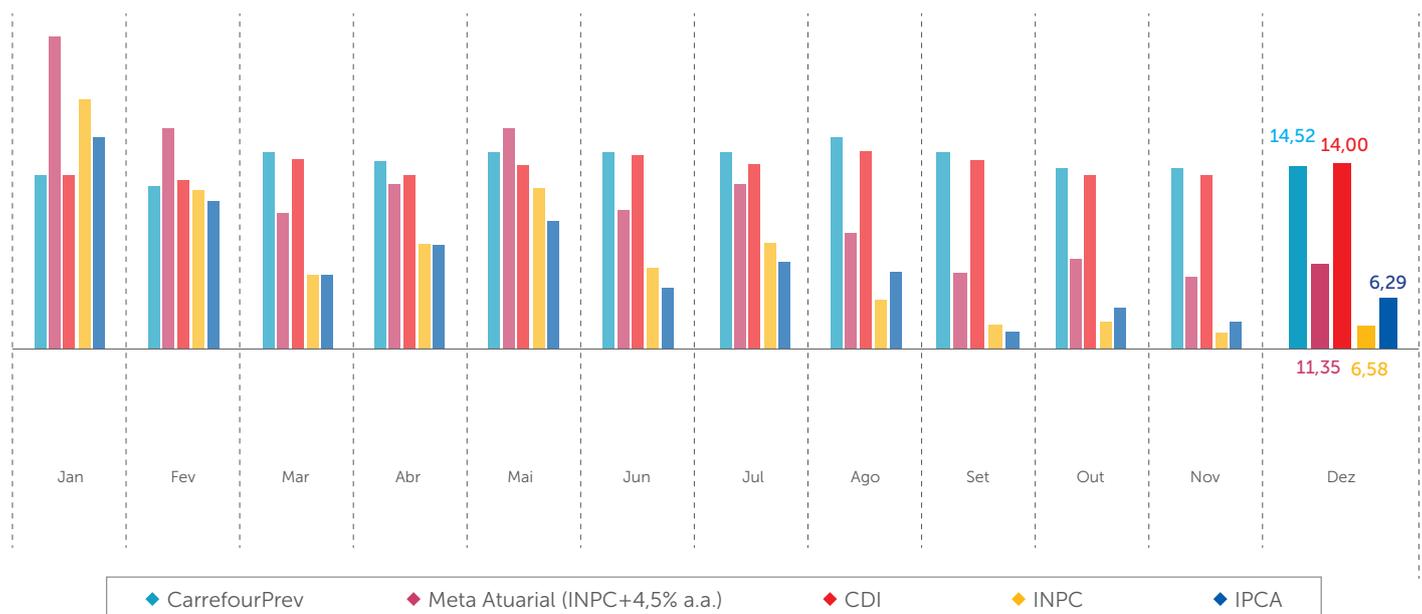
Rentabilidade Mensal (2016 – Em %)

A rentabilidade mensal dos investimentos corresponde aos ganhos das aplicações financeiras.



Rentabilidade Acumulada (2016 – Em %)

Rentabilidade líquida acumulada ao longo dos meses, comparada com índices de mercado.



Saiba +

Entenda os índices de mercado comparados à rentabilidade líquida acumulada da CarrefourPrev:

CDI

Certificado de Depósito Interbancário. São títulos de emissão das instituições financeiras que lastreiam as operações do mercado interbancário.

Ibovespa

Índice da Bolsa de Valores de São Paulo, o mais utilizado e mais importante do Brasil. A alta ou a baixa do índice reflete a tendência geral dos preços das ações.

INPC

Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Média ponderada de índices elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para regiões metropolitanas brasileiras.

IPCA

Índice oficial de inflação do País.

Meta atuarial

Rentabilidade mínima esperada dos investimentos do plano da CarrefourPrev para garantir o cumprimento dos compromissos futuros com os participantes. No ano de 2016, a meta atuarial para o Plano de Benefícios CarrefourPrev foi definida pela variação do INPC acrescida de uma taxa de 4,5% a.a..

Educação Financeira

Saiba como conduzir seu planejamento em tempos de instabilidade financeira



Os momentos de turbulência proporcionam boas oportunidades de aprendizado. No entanto, por estarmos mergulhados na situação, muitas vezes não conseguimos notar isso.

Em tempos de instabilidade financeira, há a necessidade de esticar as receitas e reavaliar os gastos. A planilha de orçamento, importante ferramenta de gestão financeira, torna-se essencial. Você cuida bem da sua?

Mantenha seu orçamento sempre atualizado, com o máximo possível de informações. Observe muito bem sua relação com o consumo, questionando mais suas decisões e verificando a real necessidade de adquirir este ou aquele produto.

Trace, em família, uma estratégia para economizar dinheiro. Os resultados serão compensadores: vale rever o plano de internet, TV a cabo, telefonia fixa e móvel, o consumo de água, energia elétrica e fazer mais refeições em casa.

Discutam também os objetivos que poderão motivar a família a poupar dinheiro: sonhos de curto, médio e longo prazo. Vale lembrar, primeiro, de construir uma reserva de emergência, que proteja seu orçamento dos acontecimentos inesperados.

Em se tratando de poupar, o tempo é um recurso bastante valioso. Comece o quanto antes e poupe com frequência e disciplina. Não espere sobrar dinheiro para então poupar. Estabelecido o objetivo e organizado o seu orçamento, procure definir um percentual mensal. Assim que você receber seu salário, já destine uma parte para realmente guardar.

O valor mensal poupado, que lhe parece pouco hoje, pode representar muito para o seu futuro. Permita que os juros trabalhem a seu favor, em forma de rentabilidade. Assim, seu dinheiro rende mais!

Passada a crise, utilize todo esse aprendizado para aprimorar sua estratégia. Continue poupando e realize seus sonhos!

OLHAR NO LONGO PRAZO

Grandes investidores, como Warren Buffett, destacam a importância de ser paciente e ter visão de longo prazo na hora de investir, sobretudo para planejar a aposentadoria. Com raras exceções, bons resultados não são conquistados de um dia para outro. Pense nisso!

Informações Contábeis



Balanço Patrimonial Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015
Disponível	36	304
Realizável	387.576	339.741
Gestão Previdencial	1.732	1.536
Gestão Administrativa	21	14
Investimentos	385.823	338.191
Fundos de Investimentos	385.823	338.191
Total do Ativo	387.612	340.045

PASSIVO	2016	2015
Exigível Operacional	480	466
Gestão Previdencial	267	244
Gestão Administrativa	213	222
Patrimônio Social	387.132	339.579
Patrimônio de Cobertura do Plano	386.137	338.057
Provisões Matemáticas	386.137	337.742
Benefícios Concedidos	55.181	44.775
Benefícios a Conceder	330.956	292.967
Equilíbrio Técnico	-	315
Resultados Realizados	-	315
Superávit Técnico Acumulado	-	315
Fundos	995	1.522
Fundos Previdenciais	995	1.522
Total do Passivo	387.612	340.045

Stephane Frantz E. Engelhard

Diretor Superintendente
CPF nº 382.986.513-91

Rosemeire Correia Santana

Contadora
CRC nº 1SP 195774/O-4
CPF nº 118.435.598-38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)

	2016	2015	VARIAÇÃO %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.217	2.317	-4,32
1.1. Receitas	2.217	2.317	-4,32
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.217	2.317	-4,32
2. Despesas Administrativas	(2.217)	(2.317)	-4,32
2.1. Administração Previdencial	(2.043)	(1.905)	7,24
Pessoal e encargos	(258)	(281)	-8,19
Treinamentos, congressos e seminários	(12)	-	100,00
Viagens e estadias	(3)	(5)	-40,00
Serviços de terceiros	(1.568)	(1.453)	7,91
Tributos	(116)	(120)	-3,33
Despesas Gerais	(86)	(46)	86,96
2.2. Administração dos Investimentos	(174)	(412)	-57,77
Serviços de terceiros	(172)	(388)	-55,67
Tributos	(2)	(24)	-91,67

Stephane Frantz E. Engelhard

Diretor Superintendente

CPF nº 382.986.513-91

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O-4

CPF nº 118.435.598-38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)

	2016	2015	VARIAÇÃO %
A) Patrimônio Social – início do exercício	339.579	298.424	13,79
1. Adições	69.001	59.288	16,38
(+) Contribuições Previdenciais	19.969	17.984	11,04
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	46.815	38.987	20,08
(+) Receitas Administrativas	2.217	2.317	-4,32
2. Destinações	(21.448)	(18.133)	18,28
(-) Benefícios	(19.231)	(15.816)	21,59
(-) Despesas Administrativas	(2.217)	(2.317)	-4,32
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	47.553	41.155	15,55
(+/-) Provisões Matemáticas	48.395	39.758	21,72
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(315)	315	100,00
(+/-) Fundos Previdenciais	(527)	1.082	-148,71
B) Patrimônio Social – final do exercício (A+3)	387.132	339.579	14,00

Stephane Frantz E. Engelhard

Diretor Superintendente
CPF n  382.986.513-91

Rosemeire Correia Santana

Contadora
CRC n  1SP 195774/O-4
CPF n  118.435.598-38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)

	2016	2015	VARIAÇÃO %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	387.612	340.045	13,99
1. Provisões Matemáticas	386.137	337.742	14,33
1.1. Benefícios Concedidos	55.181	44.775	23,24
Contribuição Definida	55.181	44.775	23,24
1.2. Benefícios a Conceder	330.956	292.967	12,97
Contribuição Definida	305.238	273.004	11,81
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	135.847	123.307	10,17
Saldo de Contas – parcela participantes	169.391	149.697	13,16
Benefício Definido	25.718	19.963	28,83
2. Equilíbrio Técnico	-	315	-100,00
2.1. Resultados Realizados	-	315	-100,00
Superávit técnico acumulado	-	315	-100,00
3. Fundos	995	1.522	-34,63
3.1. Fundos Previdenciais	995	1.522	-34,63
4. Exigível Operacional	480	466	3,00
4.1. Gestão Previdencial	267	244	9,43
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	213	222	-4,05

Stephane Frantz E. Engelhard

Diretor Superintendente

CPF nº 382.986.513-91

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O-4

CPF nº 118.435.598-38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)

	2016	2015	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido – início do exercício	339.579	298.424	13,79
1. Adições	66.784	56.971	17,22
(+) Contribuições Previdenciais	19.969	17.984	11,04
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	46.815	38.987	20,08
2. Destinações	(19.231)	(15.816)	21,59
(-) Benefícios	(19.231)	(15.816)	21,59
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	47.553	41.155	15,55
(+/-) Provisões Matemáticas	48.395	39.758	21,72
(+/-) Fundos Previdenciais	(527)	1.082	-148,71
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(315)	315	-100,00
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3)	387.132	339.579	14,00

Stephane Frantz E. Engelhard

Diretor Superintendente
CPF nº 382.986.513-91

Rosemeire Correia Santana

Contadora
CRC nº 1SP 195774/O-4
CPF nº 118.435.598-38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Milhares de Reais)

	2016	2015	VARIAÇÃO %
1. Ativos	387.591	340.031	13,99
Disponível	36	304	-88,16
Recebível	1.732	1.536	12,76
Investimento	385.823	338.191	14,08
Fundos de Investimento	385.823	338.191	14,08
2. Obrigações	(459)	(452)	1,55
Operacional	(459)	(452)	1,55
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	387.132	339.579	14,00
Provisões Matemáticas	386.137	337.742	14,33
Superávit Técnico	-	315	-100,00
Fundos Previdenciais	995	1.522	-34,63
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-

Stephane Frantz E. Engelhard

Diretor Superintendente

CPF nº 382.986.513-91

Rosemeire Correia Santana

Contadora

CRC nº 1SP 195774/O-4

CPF nº 118.435.598-38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 (Em Milhares de Reais)

1. CONSTITUIÇÃO, OBJETIVOS E OPERAÇÕES.

1.1 CONSTITUIÇÃO

A CarrefourPrev (“Entidade” ou “CarrefourPrev”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Em 12 de dezembro de 2002, a CarrefourPrev obteve aprovação por meio de Portaria do Ministério da Previdência Social – MPS para funcionar como Entidade Fechada de Previdência Complementar.

1.2 OBJETIVO

A CarrefourPrev tem como objetivo executar e administrar o plano de benefícios oferecido aos participantes. O plano foi adequado aos novos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, autopatrocínio e resgate, conforme disposto na Resolução CGPC nº 6 de 30 de outubro de 2003. O regulamento do Plano de Aposentadoria CarrefourPrev foi aprovado através do Ofício 2080/CGAT/DITEC/PREVIC de 12/07/2010 e amplamente divulgado aos participantes.

1.3 PATROCINADORAS

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou por meio do Ofício nº 191/CGAT/DITEC/PREVIC de 21 de janeiro de 2011, o terceiro Termo Aditivo das patrocinadoras, onde houve a

consolidação dos Convênios de Adesão existentes em um único documento.

A CarrefourPrev Sociedade de Previdência Complementar tem como patrocinadoras:

- Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
- Comercial de Alimentos Carrefour S.A.
- CarrefourPrev Sociedade de Previdência Complementar.
- Nova Gaule Comércio e Participações S.A.
- Banco CSF S.A.

1.4 PARTICIPANTES

A CarrefourPrev possuía na data-base de sua avaliação atuarial em 2016 e 2015 as seguintes quantidades de participantes:

NÚMERO DE PARTICIPANTES		
	30/09/2016	30/09/2015
Ativos	41.335	39.275
Assistidos	153	152
Benefício Proporcional Definido	17.462	15.176
Total	58.950	54.603

Para as demonstrações contábeis dos exercícios anteriores o quadro acima apresentava as informações de participantes na data-base.

1.5 CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS

Plano de benefícios

A CarrefourPrev assegurará, nos termos e condições previstos no Regulamento, os benefícios abaixo relacionados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo

que a Previdência Social os conceda a seus beneficiários.

- I. Aposentadoria Normal;
- II. Aposentadoria Antecipada;
- III. Aposentadoria por Invalidez;
- IV. Benefício Proporcional;
- V. Pensão por Morte;
- VI. Abono Anual;
- VII. Benefício Mínimo;
- VIII. Portabilidade;
- IX. Resgate de Contribuições.

A CarrefourPrev assegurará aos Participantes não contribuintes o Benefício Mínimo.

1.6 FORMA DE CUSTEIO (FINANCIAMENTO) DO PLANO

As patrocinadoras e participantes financiam o custeio do plano de benefícios da seguinte forma:

- **Participantes** – A contribuição básica mensal obrigatória do participante com salário de participação superior a 1 (uma) Unidade de Referência Carrefour corresponderá a um percentual, em números inteiros, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) aplicável sobre o salário de Participação.
- **Patrocinadoras** – A contribuição de Patrocinadora corresponde a 100% da contribuição básica feita pelos participantes.

A Patrocinadora contribui para a cobertura do benefício mínimo e de risco (invalidez e morte).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições legais dos órgãos normativos

e reguladores das atividades das EFPC, especificamente a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, pela Resolução nº 16 de 19 de novembro de 2014 e pela Resolução CNPC nº 20, de 18 de junho de 2015, Instrução MPS/SPC 34/2009, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/Previc nº 5 de 08 de setembro de 2011, pela Instrução nº 20 de 20 de março de 2015 e pela Instrução Normativa PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015, referente a Normas Específicas para os Procedimentos Contábeis, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 15 de maio de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

a) Apuração do Resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, são

escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as receitas oriundas de participantes autopatrocinados que são registradas por regime de caixa.

b) Realizável

• Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

• Gestão administrativa

É apurado em conformidade com regime de competência, estando representado pelos valores de realização decorrentes de operações de natureza administrativa.

• Investimentos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- **Títulos para negociação** – títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados a valor presente

na data da liquidação, reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido.

c) Exigível operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros e obrigações tributárias.

d) Exigível Contingencial

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- **Perda provável:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer. Nessa classificação a Entidade constitui provisão para perdas e faz sua devida divulgação nas notas explicativas.
- **Perda possível:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém maior que remota. A provisão para perdas não é reconhecida, entretanto, é divulgada nas notas explicativas.
- **Perda remota:** a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena. Não se

faz necessário o registro de provisão ou divulgação nas notas explicativas.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

A Entidade utilizou o saldo remanescente do fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009. Após a utilização total do fundo administrativo, as despesas administrativas passaram a ser custeadas pela rentabilidade dos investimentos.

f) Provisões Matemáticas

O montante das provisões matemáticas é determinado e de responsabilidade do atuário

externo através de avaliação atuarial efetuada anualmente, na data do balanço. O regime financeiro utilizado para a determinação do custo e contribuição do plano de aposentadoria é o de capitalização, para a avaliação atuarial do benefício mínimo, foi adotado o método de crédito unitário projetado e para os demais benefícios foi o de capitalização financeira.

g) Fundos Previdenciais

Os Fundos previdenciais são compostos pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas no cálculo dos benefícios e por ganhos e perdas atuariais e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras, ou para a cobertura de eventuais insuficiências verificadas nos respectivos planos de benefícios.

h) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação (inclusive aqueles aplicados por fundos de investimentos) e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Uma diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas demonstrações contábeis, não representa necessariamente uma distorção nas demonstrações contábeis. A administração revisa as estimativas e premissas anualmente.

4. ATIVO

4.1 DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

	2016	2015
Imediato		
Banco Itaú S.A.	10	17
Banco Bradesco S.A.	23	26
Total	33	43

Vinculado		
Banco Itaú S.A.	3	261
Total	36	304

4.2 REALIZÁVEL

Gestão Previdencial

	2016	2015
Patrocinadores	791	552
Participantes	927	970
Outros Realizáveis	14	14
Total	1.732	1.536

Gestão Administrativa

	2016	2015
Tributos a Compensar	21	14
Total	21	14

Investimentos

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A Entidade classificou os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos como títulos para negociação, demonstrados a seguir:

- Composição da carteira

Descrição	Valor de Mercado/Contábil	
	2016	2015
Fundo de Investimento	385.823	338.191
Renda Fixa	385.823	338.191
Carteira Institucional 53 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	192.065	168.901
BNP Paribas Carrius FIC FI Renda Fixa Previdenciário Crédito Privado	193.758	169.290

As cotas de fundos de investimento de renda fixa são registradas ao valor de mercado, com base nos valores das cotas divulgado pelos administradores dos fundos.



- Composição detalhada do Fundo Exclusivo BNP Paribas Carrius FIC FI Renda Fixa Previdenciário Crédito Privado:

	2016			Valor de Mercado/ Contábil	2015
	Sem vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias		
Cotas de Fundos (*)	193.784	-	-	193.784	161.004
LFT	-	-	-	-	8.308
Contas a pagar/receber e tesouraria	(26)	-	-	(26)	(22)
Total	193.758	-	-	193.758	169.290

(*) 1.062.845 Cotas do Fundo BNP PARIBAS MASTER CRÉDITO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP e 97.289 Cotas do Fundo BNP PARIBAS MASTER FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI, no valor de R\$ 177.105 e R\$ 16.679 respectivamente.

- Composição detalhada do Fundo Exclusivo Carteira Institucional 53 Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado:

	2016			Valor de Mercado/ Contábil	2015
	Sem vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias		
Cotas de Fundos	1.095	-	-	1.095	1.959
Debêntures	-	2.974	4.586	7.561	10.088
Operações Compromissadas	-	-	31.935	31.935	57.099
LFT	-	8.290	1.350	9.640	11.151
Letras Financeiras	-	59.268	82.597	141.864	88.629
Contas a pagar/receber e tesouraria	(30)	-	-	(30)	(25)
Total	1.065	70.532	120.468	192.065	168.901

- Custódia dos investimentos

Os agentes custodiantes dos investimentos da Entidade são os Bancos Itaú-Unibanco e BNP Paribas, tendo como gestores o Banco Itaú Unibanco S.A e a BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., em atendimento à Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que determina que as EFPC's devem manter contratadas uma ou mais pessoas jurídicas registradas na CVM para o exercício da atividade de custódia de valores mobiliários.



5. PASSIVO

5.1 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Gestão Previdencial

	2016	2015
Aposentadorias	55	29
Pensões	1	1
Restituições de contribuições	11	17
Retenções a recolher ⁽ⁱ⁾	199	196
Outras exigibilidades	1	1
Total	267	244

⁽ⁱ⁾ As retenções a recolher correspondem ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de benefícios e restituições de contribuições de participantes.

Gestão Administrativa

	2016	2015
Folha de pagamento	38	49
Serviços de terceiros	140	135
Tributos a recolher	28	28
PIS/COFINS	7	10
Total	213	222



5.2 PATRIMÔNIO SOCIAL

Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela Towers Watson, contratada pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

A movimentação do Patrimônio Social durante o exercício de 2016 pode ser resumida como segue:

	31/12/2015	CONSTITUIÇÃO/ (REVERSÃO)	31/12/2016
Patrimônio Social	339.579	47.553	387.132
Patrimônio de Cobertura do Plano	338.057	48.080	386.137
Provisões Matemáticas	337.742	48.395	386.137
Benefícios Concedidos	44.775	10.406	55.181
Contribuição Definida Saldo de Contas dos Assistidos	44.775	10.406	55.181
Benefícios a Conceder	292.967	37.989	330.956
Contribuição Definida	273.004	32.234	305.238
Saldo de Contas – Parcela Patroc. Instituidores	123.307	12.540	135.847
Saldo de Contas – Parcela Participantes	149.697	19.694	169.391
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital Programado	15.398	4.941	20.339
Valor Atual dos Benefícios Futuros	21.489	6.198	27.687
Valor Atual das Contribuições Futuras	(6.091)	(1.257)	(7.348)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital Não Programado	4.565	814	5.379
Valor Atual dos Benefícios Futuros	6.417	1.227	7.644
Valor Atual das Contribuições Futuras	(1.852)	(413)	(2.265)
Equilíbrio Técnico	315	(315)	-
Resultados Realizados			-
Superávit Técnico Acumulado	315	(315)	
Fundos Previdenciais			
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.522	(527)	995

Benefícios concedidos

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes ou beneficiários pensionistas, em gozo do benefício.

Benefícios a conceder

As provisões matemáticas são classificadas em:

- **Contribuição definida** – corresponde ao montante formado pelas contribui-

ções dos participantes e das patrocinadoras e constituído em nome de cada participante.

- **Benefício definido** – valor atual dos benefícios futuros líquidos dos custos normais futuros.
- **Outras contribuições da geração atual** – Corresponde ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras da geração atual ainda não em gozo de benefício de prestação continuada.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das provisões com características de benefício definido do Patrimônio Social foram:

	2016	2015
Hipóteses financeiras		
Taxa real anual de juros – %	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Crescimento real salarial – %	2,25% a.a.	2,25% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	100%	100%
Hipóteses biométricas		
Tábua de mortalidade geral (*)	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 modificada (desagravada em 75%)	RRB-1944 modificada (desagravada em 75%)
Tábua de Rotatividade	Com saldo: Experiência Carrefour 2010-2012 participantes com saldo	Com saldo: Experiência Carrefour 2010-2012 participantes com saldo
	Sem Saldo: Experiência Carrefour 2010-2014 participantes sem saldo	Sem Saldo: Experiência Carrefour 2010-2014 participantes sem saldo

(*) Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Fundos

Os saldos dos fundos existentes em 31 de dezembro estão assim formados:

	2015	CONSTITUIÇÃO	(REVERSÃO)	2016
Fundos Previdenciais	1.522	2.796	(3.323)	995
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.522	2.796	(3.323)	995

Programa Previdencial

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Sobras de Contribuições), de acordo com o artigo 58 do Regulamento do Plano de Benefícios CarrefourPrev, é constituído

pela parcela da Conta de Patrocinadora que não for incluída no saldo de conta total e poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências do plano.

O Fundo Previdencial Previsto em Nota Técnica Atuarial (Fundo de Oscilação de Riscos) foi constituído em novembro de 2006 conforme autorizado pela então Secretária de Previdência Complementar por meio de Ofício 3.419/SPC/DEPAT e poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências do plano.

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano (Fundo Previdencial de Patrocinadoras – Reserva Especial) foi constituído da Reserva Especial de 31 de dezembro de 2010 e tem por finalidade a cobertura da contribuição normal de patrocinadoras para o Plano de Benefícios CarrefourPrev. Essas contribuições estão sendo creditadas pela reversão mensal desde fundo até seu esgotamento, observando o plano de custeio vigente. O fundo é atualizado pelo retorno dos investimentos.

Em 31/12/2016, em conformidade com as disposições regulamentares vigentes, foram revertidos referente ao Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar o valor de R\$ 1.940 para cobertura do déficit, e R\$ 1.383 para o abatimento de contribuições da parcela do benefício mínimo, totalizando uma reversão de R\$ 3.323. Essa reversão foi aprovada previamente pela Diretoria Executiva e pelo Conselho.

6. PARTES RELACIONADAS

As Partes Relacionadas da CarrefourPrev podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento do CarrefourPrev para os seus empregados e Dirigentes; e; seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamento de benefícios).

A remuneração da administração da Entidade é realizada pelos respectivos patrocinadores do plano.

7. RENTABILIDADE DO PLANO

A rentabilidade líquida acumulada no exercício de 2016, obtida pela aplicação do patrimônio da CarrefourPrev, foi de 13,84% (13,05%, em 2015), utilizando o método de cotas.

8. RECOLHIMENTOS DE TRIBUTOS

a. Imposto de Renda

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, revogou a MP nº 2222, de 4 de setembro de 2001, que havia criado o Regime Especial de Tributação – RET, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separação do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar. A referida legislação criou também, um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- (i) por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- (ii) por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

De acordo com a Instrução Normativa nº 673 de 1º de setembro de 2006, a data para a entrega da opção dos participantes foi 31 de outubro

de 2006, sendo que a entidade atendeu ao prazo determinado pela referida legislação, através do envio da Declaração sobre a Opção de Tributação de Planos Previdenciários (DPREV) para a Secretaria da Receita Federal.

b. PIS e COFINS

Calculados pela alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas, conforme anexo III da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade não possui nenhuma ação em andamento classificada como risco de perda possível ou provável.

10. ORÇAMENTO GERAL

A CarrefourPrev elaborou o Orçamento Geral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o estabelecido na Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não identificamos nenhum evento subsequente relevante entre 31 de dezembro de 2016 e a data de aprovação das demonstrações contábeis.

12. LEGISLAÇÕES

Foi publicada em 17 de dezembro de 2015 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução Normativa nº 25, que alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa pela Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016.

Para a avaliação atuarial as hipóteses e métodos utilizados são apropriados e atendem à Resolução

CGPC nº 18/2006, Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Para a Avaliação Atuarial de encerramento a partir do exercício de 2015, passou a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento no Plano de Benefícios CarrefourPrev o Ajuste de Precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

Foi publicada no DOU em 03 de dezembro de 2015 a Resolução CNPC nº 22 que altera a Resolução CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008.

A Administração da Entidade não identificou impactos significativos decorrentes da aplicação destas resoluções, na posição patrimonial e financeira, assim como no desempenho da Entidade ao longo do exercício de 2016.

Stephane Frantz E. Engelhard

Diretor Superintendente
CPF nº 382.986.513-91

Rosemeire Correia Santana

Contadora
CRC nº 1SP195774/O-4
CPF nº 118.435.598-38

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão

do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Atas



Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e a legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar reuniram-se nesta data, na sede da entidade, para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2016, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva da CarrefourPrev por meio dos seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL comparativa com o exercício anterior;
- e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL comparativa com o exercício anterior;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Parecer emitido pela KPMG Auditores;
- i) Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios CarrefourPrev realizada com dados cadastrais posicionados em 30/9/2016.

Examinados os documentos acima listados e constatados por este Conselho Fiscal que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto na legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto da CarrefourPrev, os membros deste Conselho Fiscal emitem Parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, eis que refletem as atividades da CarrefourPrev no referido exercício.

São Paulo, 15 de maio de 2017.

Paulo Pianez Junior

Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Henrique Bolzan Rogieri

Conselheiro

Emerson Miguel da Silva

Conselheiro

Ata de Reunião da Diretoria Executiva de 15/05/2017

No dia 15 (quinze) de maio de 2017, às 9 horas, na sede social na Rua George Eastman, nº 213, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Diretor-Superintendente, Sr. Stephane Frantz Emmanuel Engelhard, que convidou a mim, Luís Maurício Bressan Freire, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação da seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da CarrefourPrev relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes da CarrefourPrev, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Diretor-Superintendente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da CarrefourPrev relativas ao exercício findo em 31/12/2016, cujos materiais foram entregues previamente aos presentes. O Sr. Diretor-Superintendente lembrou que para elaboração das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016 foram observadas as normas legais aplicáveis em vigor. Esclareceu que, em atendimento às disposições constantes do item 17, do Anexo C, da Resolução CNPC nº 8/2011, a CarrefourPrev encaminhará à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc as Demonstrações Contábeis de 2016 acompanhadas dos seguintes documen-

tos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela KPMG Auditores; **i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios CarrefourPrev realizada com dados cadastrais posicionados em 30/9/2016; **j)** Parecer do Conselho Fiscal; e **k)** Manifestac o do Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrações Contábeis. O Sr. Diretor-Superintendente ressaltou que os documentos mencionados nos itens “a” a “g” acima, na forma do disposto no item 18 do Anexo C da Resolução MPS/CNPC n  8, de 31/10/2011, encontram-se assinados por ele que é o dirigente máximo da CarrefourPrev, e também pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, identificado por seu nome completo, cargo, n  do CPF e n  do CRC – Conselho Regional de Contabilidade. Após mencionar os documentos descritos na legislação, o Sr. Diretor-Superintendente informou que as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer Atuarial e do Parecer dos

Auditorias Independentes, deverão ser enviadas para análise do Conselho Fiscal que emitirá Parecer, e posteriormente, as enviará ao Conselho Deliberativo, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. O Sr. Diretor-Superintendente ressaltou que esta Diretoria Executiva será responsável pelo envio das Demonstrações Contábeis à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc até o dia 31/7/2017, eis que a CarrefourPrev pertence ao Perfil I nos termos da legislação vigente aplicável.

DELIBERAÇÃO: Após a análise dos documentos apresentados e discussão entre membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis da CarrefourPrev referentes ao exercício findo em 2016, bem como o envio dos respectivos documentos exigidos pela

legislação vigente ao Conselho Fiscal para análise e emissão de Parecer, para posterior envio ao Conselho Deliberativo.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Stephane Frantz Emmanuel Engelhard
Diretor-Superintendente

Luís Maurício Bressan Freire
Diretor/Secretário

Rodrigo Tremante
Diretor

Luiz Fernando Santana
Diretor

Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 15/05/2017

No dia 15 (quinze) de maio de 2017, às 11 horas, na sede social na Rua George Eastman, nº 213, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente, Sr. Paulo Pianez Junior, que convidou a mim, Carlos Henrique Bolzan Rogieri, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA: Apreciar, para posterior emissão de Parecer, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com o disposto no Estatuto vigente da CarrefourPrev, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar, com base nos documentos apresentados pela Diretoria Executiva, sobre o assunto relacionado na Ordem do Dia, para emissão de Parecer e posterior encaminhamento ao Conselho Deliberativo. O Sr. Presidente destacou que, em atendimento às disposições legais em vigor, a CarrefourPrev deve apresentar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, em relação ao encerramento do exercício

de 2016, os seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstração do Ativo Líquido – DAL comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela KPMG Auditores; **i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios CarrefourPrev realizada com dados cadastrais posicionados em 30/9/2016; **j)** Parecer deste Conselho Fiscal; e **k)** Manifestação do Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrações Contábeis. O Sr. Presidente ressaltou que os documentos mencionados nos itens “a” a “g” acima, na forma do disposto no item 18 do Anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31/10/2011, encontram-se assinados pelo dirigente máximo da CarrefourPrev, e também pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, identificado por seu nome com-

pleto, cargo, nº do CPF e nº do CRC – Conselho Regional de Contabilidade. Por fim, o Sr. Presidente informou que o Parecer emitido por este Conselho Fiscal será encaminhado ao Conselho Deliberativo juntamente com os demais documentos anteriormente listados para sua manifestação.

DELIBERAÇÃO: Após a análise dos documentos supracitados e verificado que as contas apresentadas pela Diretoria Executiva estão em conformidade com o disposto na Resolução CNPC nº 8/2011, foi aprovada, por unanimidade, a emissão de um Parecer favorável às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016 da CarrefourPrev, as quais refletem as suas atividades durante o referido exercício.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Paulo Pianez Junior
Presidente

Carlos Henrique Bolzan Rogieri
Conselheiro/Secretário

Emerson Miguel da Silva
Conselheiro

Ata de Reunião do Conselho Deliberativo de 15/05/2017

No dia 15 (quinze) de maio de 2017, às 14 horas, na sede social na Rua George Eastman, nº 213, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente, Sr. Marco Aparecido de Oliveira, que convidou a mim, Márcia Camelo Viana, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da CarrefourPrev relativas ao exercício social findo em 31/12/2016.

ESCLARECIMENTOS: Em observância ao disposto no Estatuto vigente da CarrefourPrev, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. O Sr. Presidente informou aos membros presentes que o objetivo da reunião é deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016. Inicialmente, o Sr. Presidente esclareceu que em atendimento ao disposto na legislação vigente aplicável, as entidades fechadas de previdência complementar devem encaminhar anualmente à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc as demonstrações contábeis anuais, por meio do Sistema de Captação de Dados – SICADI disponível na página eletrônica da Autarquia. Em atendimento ao disposto no item 17 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8/2011, o Sr. Presidente lembrou, ainda, que as demonstrações contábeis deverão conter os seguintes documentos: a) Balanço Patrimonial Consolidado com-

parativo com o exercício anterior; b) Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL comparativa com o exercício anterior; e) Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL comparativa com o exercício anterior; f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT comparativa com o exercício anterior; g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; h) Parecer emitido pela KPMG Auditores; i) Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios CarrefourPrev realizada com dados cadastrais posicionados em 30/9/2016; j) Parecer do Conselho Fiscal; e k) Manifestação deste Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrações Contábeis. O Sr. Presidente ressaltou que os documentos mencionados nos itens “a” a “g” acima, na forma do disposto no item 18 do Anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31/10/2011, encontram-se assinados pelo dirigente máximo da CarrefourPrev, e também pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, identificado por seu nome completo, cargo, nº do CPF e nº do CRC – Conselho Regional de Contabilidade. Destacou ainda que as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer Atuarial e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviadas para análise do Conselho Fiscal da CarrefourPrev, que emitiu parecer favorável, o qual foi encaminhado a este Conse-

lho, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. O Sr. Presidente ressaltou que a Diretoria Executiva será responsável pelo envio das Demonstrações Contábeis à Previc até o dia 31/7/2017, eis que a CarrefourPrev pertence ao Perfil I, conforme legislação vigente aplicável.

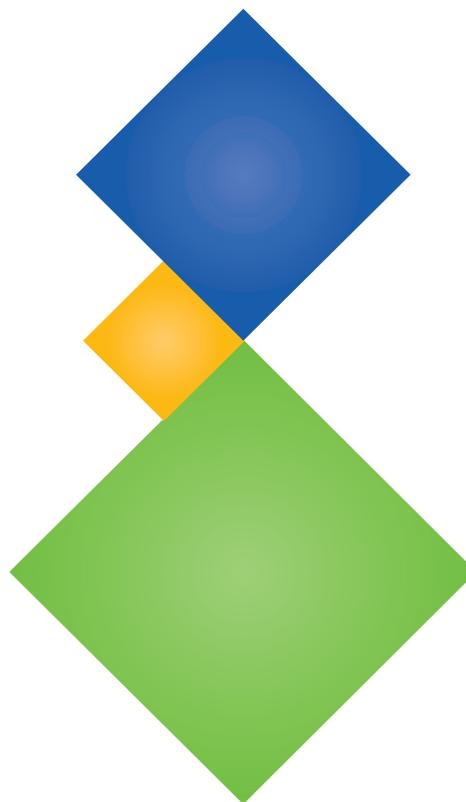
DELIBERAÇÃO: Após a análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016 que refletem as operações financeiras e contábeis da CarrefourPrev no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos apresentados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Marco Aparecido de Oliveira
Presidente

Márcia Camelo Viana
Conselheira/Secretária

Pedro Gomes Filho
Conselheiro-Suplente



Parecer Atuarial



Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios CarrefourPrev administrado pela CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade e pela CONDUEENT posicionado em 30/09/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios CarrefourPrev são: Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour S.A., CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar, Foccar Intermediação de Negócios Ltda., Banco CSF S/A. e Nova Gaule Comércio e Participações S.A.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela CarrefourPrev, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios CarrefourPrev.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 485, de 04/09/2012, expedida pela PREVIC e publicada no Diário Oficial da União de 05/09/2012.

1.1 ESTATÍSTICAS

BENEFÍCIOS A CONCEDER	30/09/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	41.335
Idade média (em anos)	34,3
Tempo de serviço médio (em anos)	5,3
Participantes em aguardo de benefício proporcional¹	
Número	17.462

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	30/09/2016
Número de aposentados válidos	33
Idade média (em anos)	57,8
Valor médio do benefício (em reais)	3.225,70
Número de aposentados inválidos ¹	2
Idade média (em anos)	53,7
Valor médio do benefício (em reais)	2.313,72
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	116
Idade média (em anos)	55,4
Valor médio do benefício (em reais)	6.348,35
Número de pensionistas (grupos familiares)	2
Idade média (em anos)	62,8
Valor médio do benefício (em reais)	4.997,51

¹ Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos.

1.2 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios CarrefourPrev conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	4,5%	4,5%
Projeção do crescimento real de salário	2,25%	2,25%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo • Salários	100%	100%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ⁽¹⁾	AT-2000 ⁽¹⁾
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 Modificada (desagravada em 75%)	RRB-1944 Modificada (desagravada em 75%)
Tábua de Rotatividade	Com saldo: Experiência Carrefour 2010-2012 participantes com saldo	Com saldo: Experiência Carrefour 2010-2012 participantes com saldo
	Sem saldo: Experiência Carrefour 2010-2014 participantes sem saldo	Sem saldo: Experiência Carrefour 2010-2014 participantes sem saldo

⁽¹⁾ Segregada por sexo e constituída com base na tábua AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Foi realizado em dezembro/2014 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, entrada em invalidez e rotatividade. Em 2015 foi realizado estudo de aderência para o crescimento real de salário. Além disso, em 2016 foi realizado estudo de aderência para a taxa real anual de juros.

Os estudos realizados possuem validade de 3 (três) anos e as hipóteses apontadas nestes estudos foram mantidas em 2016, com exceção da taxa real de juros, cujo estudo tem validade de 1 (um) ano.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

1.2.1 TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Reso-

lução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras também realizados pela Willis Towers Watson em 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,75% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,33% a.a. e limite superior: 6,59% a.a.). Com um intervalo de confiança de 56% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa real de juros de 4,5% a.a..

O resultado deste estudo técnico mostra que a taxa real de juros de 4,50% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da carteira de ativos do Plano de Benefícios CarrefourPrev.

A Entidade e suas patrocinadoras optaram, portanto, pela manutenção da taxa de juros de 4,5% a.a por estar aderente à rentabilidade esperada da carteira de ativos.

1.2.2 PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira. O estudo realizado indicou a manutenção da taxa para 2,25% a.a..

As patrocinadoras e a CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,25% a.a. reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado.

1.2.3 FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

1.2.4 HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios CarrefourPrev, foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

Em 2016 serão mantidas as tábuas de mortalidade de válidos, de entrada em invalidez

e das tábuas de rotatividade adotadas em 2014, em face de estudos realizados à época.

1.2.5 REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

- Regime Financeiro: Capitalização;
- Métodos Atuariais: para avaliação atuarial do benefício mínimo e parcela referente ao acréscimo das contribuições futuras das patrocinadoras nos benefícios de pensão por morte do ativo e aposentadoria por invalidez, foi adotado o método de Crédito Unitário Projetado e para os demais benefícios foi o de Capitalização Financeira.

1.2.6 COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regu-

lamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

1.3 PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 387.132.020,66.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar.

A CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar informou que todos os seus títulos estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

1.4 PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:



	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	386.136.539,37
Provisões Matemáticas	386.136.539,37
Benefícios Concedidos	55.180.578,65
Contribuição Definida	55.180.578,65
Saldo de Conta dos Assistidos	55.180.578,65
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
Benefícios a Conceder	330.955.960,72
Contribuição Definida	305.238.261,72
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores	135.847.241,75
Saldo de Contas – Parcela Participantes	169.391.019,97
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	20.338.851,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	27.687.026,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(7.348.175,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.378.848,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.643.578,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(2.264.730,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	995.481,29
Fundos Previdenciais	995.481,29
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	995.481,29
Fundos Administrativos	0,00
Fundo de Investimentos	0,00

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Sobras de Contribuições), de acordo com o artigo 58 do Regulamento do Plano de Benefícios CarrefourPrev, é constituído pela parcela da Conta de Patrocinadora que não for incluída no saldo de conta total e poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências do plano.

Em 31/12/2016, em conformidade com as disposições regulamentares vigentes, foi revertido do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar o valor de R\$ 1.939.876,08 para cobertura do déficit. Essa reversão foi aprovada previamente pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício, é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, nas situa-

ções de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento no Plano de Benefícios CarrefourPrev, o Ajuste de Precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.

1.5 VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

Valores em R\$

	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	386.136.539,37	381.161.269,30	1,31
Benefícios Concedidos	55.180.578,65	55.180.578,65	0,00
Contribuição Definida	55.180.578,65	55.180.578,65	0,00
Benefício Definido	0,00	0,00	
Benefícios a Conceder	330.955.960,72	325.980.690,65	1,53
Contribuição Definida	305.238.261,72	305.238.261,72	0,00
Benefício Definido	25.717.699,00	20.742.428,93	23,99

Convém ressaltar que 6,66% (R\$ 25.717.699,00) do Passivo Atuarial de R\$ 386.136.539,37 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, apurado con-

siderando as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativas aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 93,34% restantes (R\$ 360.418.840,37) são provenientes dos saldos

de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras, acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar.

O aumento ocorrido na parcela de benefício definido dos Benefícios a Conceder foi devido ao incremento de participantes ativos e BPD's Aguardando.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os Saldos de Conta informados pela CarrefourPrev, consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefício definido.

1.6 PLANO DE CUSTEIO

1.6.1 PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de abril de 2017 as contribuições equivalentes a 0,18% da folha de salários de participantes, sendo 0,01% correspondente ao benefício de invalidez e morte e 0,17% para cobertura do benefício mínimo.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em 1,06% da folha de salários.

As despesas administrativas do Plano são custeadas pelo Retorno dos Investimentos conforme previsto no Regulamento.

1.6.2 PARTICIPANTES

As contribuições mensais básica e adicional dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2016 em 1,48% da folha de salários.

1.6.3 AUTOPATROCINADOS

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar as contribuições de participante e de patrocinadora, exceto as referentes ao custeio das despesas administrativas, conforme mencionado anteriormente.

1.6.4 RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2016 com os que deverão ser praticados a partir de abril de 2017.

TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE PARTICIPAÇÃO	NOVO PLANO DE CUSTEIO (A VIGORAR A PARTIR DE 01/04/2017)	PLANO DE CUSTEIO ANTERIOR
Patrocinadores		
Invalidez e Morte	0,01%	0,01%
Benefício Mínimo	0,17%	0,17%
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,18%	0,18%



1.7 CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da CarrefourPrev – Sociedade de Previdência Complementar, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para as patrocinadoras e para a CarrefourPrev com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a patrocinadora e o administrador do Plano em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

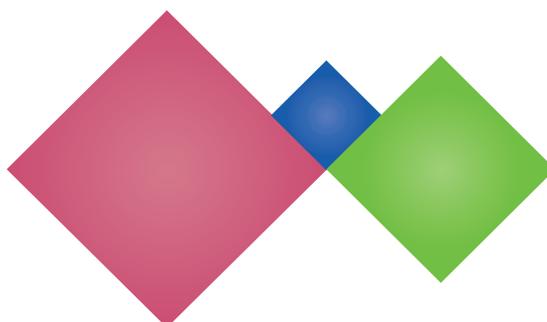
Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.

Tânia Mary Corrêa Neves
Consultora Sênior

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

Rodrigo Souza Amado de Azevedo
MIBA nº 2.944



Resumo da **Política de Investimentos**



As informações a seguir aplicam-se ao **Plano de Benefícios CarrefourPrev**.

Data de Geração: 13/01/2016

INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Código: 4114

Sigla: CARREFOURPREV

Exercício: 2016

Plano de Benefícios: 2002004129 – PLANO DE BENEFÍCIOS CARREFOURPREV

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento – Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %a.a.
100,00	PLANO	100,00	INPC	4,50
100,00	RENTA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	RENTA VARIÁVEL	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	INVESTIMENTOS NO	100,00	MSCI-Brasi	0,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

DOCUMENTAÇÃO

nº da Ata: null

Data: 23/12/2015

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
01/01/2016 a 31/12/2016	PLANO	RODRIGO TREMANTE	248.761.428-58	DIRETOR

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Contraparte, Risco Legal, Risco Operacional, Outros.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não

Dispõe de Manual: Não

Possui modelo proprietário de risco: Sim

Dispõe de Manual: Não

Realiza Estudos de ALM: Não

Observação: Todos os ativos são marcados a mercado. Como a gestão é totalmente terceirizada, a responsabilidade pelo apreçamento dos ativos é dos gestores e custodiantes. Os controles de riscos são realizados pelos gestores de recursos e acompanhados através de relatórios elaborados por consultoria especializada.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO %
Renda Fixa	75,00	100,00	90,00
Renda Variável	0,00	20,00	10,00
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, com o apoio da consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação de ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores de recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

PERFIS DE INVESTIMENTO

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	MÍNIMO%	MÁXIMO%	NÃO APLICA
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0,00	5,00	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0,00	2,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico – SPE			x
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			x

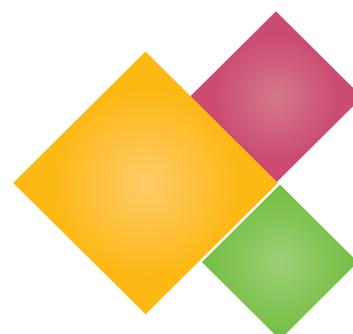
CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	MÍNIMO%	MÁXIMO%	NÃO APLICA
% do capital votante de uma mesma cia. aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma cia. aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	20,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de cia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados			x
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	5,00	
% do PL de fundos de índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			x
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			x

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

EMISSOR	MÍNIMO%	MÁXIMO%	NÃO APLICA
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	20,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	20,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário			x

Observação: As projeções são efetuadas através das premissas retiradas do relatório FOCUS (BACEN) e utilizando modelo econométrico proprietário da Willis Towers Watson.



Resumo do Demonstrativo de Investimentos



Entidade: 4114– CARREFOURPREV**Mês de Referência:** 12/2016**Plano de Benefícios:** 2002004129 – PLANO DE BENEFÍCIOS CARREFOURPREV**Data de Geração:** 08/02/2017

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL	VALOR EM R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	385.664.869,54
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	385.664.868,69
Diferença	0,85

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – CARTEIRA PRÓPRIA – TOTAL	-158.222,28
Depósitos	34.361,67
Títulos Públicos	0,00
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	-192.583,95
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – FUNDOS (1º NÍVEL) – TOTAL	385.823.091,82
05.093.031/0001-58	192.064.751,81
08.744.969/0001-89	193.758.340,00

Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



Rua George Eastman, 213
São Paulo-SP CEP 05690-000
carrefour_prev@carrefour.com
www.carrefourprev.com.br

Consultoria de Comunicação e Editorial:

Arte da Criação (11) 3567-2011
www.artedacriacao.com